

Demonstrações Contábeis

Renosa Participações S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A. e Consolidado
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 03 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.808	9	597.169	345.445
Aplicações financeiras	5	102	442	73.540	265.549
Contas a receber de clientes	7	-	-	369.431	312.784
Partes relacionadas	8	-	-	20.118	40.681
Estoques	9	-	-	226.811	302.995
Tributos a recuperar	10	2.774	2.622	171.923	252.901
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	36.834	51.670
Dividendos a receber	14	34.811	21.839	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	14.133	13.953
Outros ativos		-	-	31.621	31.454
		40.495	24.912	1.541.580	1.617.432
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	-	-	24.388	22.754
Conta vinculada	6	-	-	35.685	34.101
Tributos a recuperar	10	-	-	256.802	50.605
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	-	20.122
Depósitos judiciais	13	-	-	195.830	184.318
Despesas antecipadas	12	-	-	4.573	6.063
Investimentos	14	2.610.693	2.591.975	170.623	183.460
Imobilizado	15	-	-	1.684.218	1.716.007
Intangível	17	-	-	3.567.791	3.561.280
Direito de uso	16	-	-	57.638	-
		2.610.693	2.591.975	5.997.548	5.778.710
Total do ativo					
		2.651.188	2.616.887	7.539.128	7.396.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	19	-	1.350	525.812	484.404
Fornecedores risco sacado	20	-	-	226.668	281.025
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	472.235	354.972
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	2.612	5.692
Ações preferenciais resgatáveis	25	17.326	8.834	17.326	8.834
Subvenções governamentais	24	-	-	13.990	16.924
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	26	-	-	118.094	82.566
Obrigações com arrendamento mercantil	16	-	-	15.919	148
Obrigações tributárias	10	-	-	129.148	92.097
Tributos parcelados		-	-	156	156
Debêntures	22	-	-	75.438	39.835
Dividendos a pagar	28	28.273	17.818	46.207	11.250
Partes relacionadas	8	-	-	57.741	12.669
Outras contas a pagar		-	-	16.410	18.074
Total do passivo circulante		45.599	28.002	1.717.756	1.408.646
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	745.275	1.172.522
Ações preferenciais resgatáveis	25	450.000	450.000	450.000	450.000
Subvenções governamentais	24	-	-	34.286	36.127
Obrigações com arrendamento mercantil	16	-	-	42.882	890
Tributos parcelados		-	-	1.376	1.532
Obrigações com antigos acionistas	6	-	-	35.685	34.101
Debêntures	22	-	-	197.011	19.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	19.246	33.320
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	-	-	267.746	240.078
Outras contas a pagar		-	-	2.601	99
Total do passivo não circulante		450.000	450.000	1.796.108	1.988.578
Patrimônio líquido					
Capital social	28	533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Outros resultados abrangentes		3.422	1.220	3.422	1.220
Reserva de lucros		1.368.035	1.353.533	1.368.035	1.353.533
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.155.589	2.138.885	2.155.589	2.138.885
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.869.675	1.860.033
Total do patrimônio líquido		2.155.589	2.138.885	4.025.264	3.998.918
Total do passivo e patrimônio líquido		2.651.188	2.616.887	7.539.128	7.396.142

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	29	-	-	4.273.093	3.722.174
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	30	-	-	(2.759.368)	(2.483.745)
Lucro bruto		-	-	1.513.725	1.238.429
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	31	-	-	(932.193)	(612.561)
Gerais e administrativas	32	(206)	(21.677)	(346.578)	(317.203)
Resultado de equivalência patrimonial	14	146.573	91.953	(12.997)	8.811
Outras receitas operacionais, líquidas	34	-	-	68.531	5.936
Lucro operacional		146.367	70.276	290.488	323.412
Resultado financeiro líquido	33	(26.408)	(38.158)	(93.105)	(181.637)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		119.959	32.118	197.383	141.775
Impostos correntes	11	-	-	(15.990)	(7.405)
Impostos diferidos	11	-	-	14.074	(54.882)
		-	-	(1.916)	(62.287)
Lucro líquido do exercício		119.959	32.118	195.467	79.488
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(75.508)	(47.370)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		119.959	32.118	119.959	32.118
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,30	0,08		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	119.959	32.118	195.467	79.488
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.201	(1.810)	3.334	(933)
Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	724	-	373
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	2.201	(1.086)	3.334	(560)
Resultado abrangente total do exercício	122.160	31.032	198.801	78.928
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	122.160	31.032
Acionistas não controladores	-	-	76.641	47.896
Resultado abrangente total do exercício	122.160	31.032	198.801	78.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
Em 31 de dezembro de 2017	533.671	250.461	98.086	1.236.845	112.505	-	2.307	1.899.581	4.133.456
Ajuste pela adoção do CPC 47	-	-	-	-	(4.134)	-	-	(2.131)	(6.265)
Ajuste pela adoção do CPC 48	-	-	-	-	2.369	-	-	1.221	3.590
Saldo em 1º de janeiro de 2018	533.671	250.461	98.086	1.236.845	110.740	-	2.307	1.898.671	4.130.781
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(80.740)	-	-	-	(80.740)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(74.199)	(74.199)
Dividendos pagos adicionais	-	-	-	(6.000)	(30.000)	-	-	-	(36.000)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.086)	(560)	(1.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.118	-	47.369	79.487
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas	-	-	2.048	22.553	-	(24.601)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.517)	-	-	(7.517)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(11.248)	(11.248)
Em 31 de dezembro de 2018	533.671	250.461	100.134	1.253.398	-	-	1.221	1.860.033	3.998.918
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(77.182)	-	-	-	(77.182)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(49.066)	(49.066)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.201	1.133	3.334
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	119.959	-	75.508	195.467
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas	-	-	6.864	-	113.095	(119.959)	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(28.274)	-	-	-	(28.274)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(17.933)	(17.933)
Em 31 de dezembro de 2019	533.671	250.461	106.998	1.253.398	7.639	-	3.422	1.869.675	4.025.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	119.959	32.118	195.467	79.488
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	315.845	282.239
Resultado da equivalência patrimonial	(146.573)	(91.953)	12.997	(8.811)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	34.998	4.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(14.074)	54.882
Constituição de provisão para contingências	-	-	35.911	42.637
Provisão para remuneração de pessoal chave	-	-	30.974	153
Provisão para perdas de estoque	-	-	14.094	(17)
Ajuste a valor presente/PCLD/descontos grandes redes	-	-	1.200	(1.457)
Juros e rendimentos, líquidos	(327)	30.826	81.042	129.512
Créditos fiscais	-	-	(45.560)	-
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	26.682	8.834	26.682	8.834
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	18.639	39.207
	(259)	(20.175)	708.215	629.737
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(53.626)	5.846
Partes relacionadas	-	-	(2.233)	5.396
Estoques	-	-	63.488	(54.703)
Despesas antecipadas	-	-	1.310	(242)
Depósitos judiciais	-	-	(8.367)	15.753
Dividendos recebidos	117.084	-	-	-
Outros ativos	(152)	-	(1.751)	(4.538)
Fornecedores	(1.351)	1.314	(40.594)	(19.448)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	(1)	4.554	(16.642)
Operação de risco sacado	-	-	(55.720)	80.107
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	-	(928)	50.589	36.999
Pagamento de contingências	-	-	(31.038)	(56.290)
Outros passivos	-	-	2.422	(3.809)
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	115.322	(19.790)	617.259	618.166
Pagamento de juros sobre empréstimos, APRs, debêntures e arrendamento	(18.190)	(58.425)	(89.536)	(142.569)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	97.132	(78.215)	527.723	475.597
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	667	891	212.955	346.852
Aumento de investimentos	-	-	-	7.826
Aquisições de imobilizado	-	-	(274.408)	(293.658)
Aquisições de intangível	-	-	(22.077)	(14.993)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	667	891	(83.530)	46.027
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	9.791	286.986
Amortização principal de empréstimos	-	-	(337.081)	(297.669)
Emissão de APRs	-	450.000	-	450.000
Captação de debêntures	-	-	250.000	-
Instrumentos financeiros	-	-	20.930	37.306
Tributos parcelados	-	-	(156)	(155)
Amortização principal de debêntures	-	(423.953)	(40.542)	(527.034)
Dividendos recebidos	-	160.380	-	-
Dividendos pagos	(95.000)	(109.700)	(66.456)	(192.320)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(28.955)	(8.973)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	(95.000)	76.727	(192.469)	(251.859)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	2.799	(596)	251.724	271.636
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	9	605	345.445	73.809
No final do exercício	2.808	9	597.169	345.445
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	2.799	(596)	251.724	271.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo à época a Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. Esse controle foi adquirido via constituição da *holding* Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR Participações S.A., passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto da Solar.BR.

a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR Participações S.A. (“Companhia” ou “Solar.BR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, com sede em Fortaleza. Trata-se de uma holding controladora, desde 03 de julho de 2013, da Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. As controladas da Companhia são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “*The Coca-Cola Company*”- TCCC, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda, Leão Alimentos e Bebidas Ltda, e os produtos da Marca ADES e Campo Verde. A área de atuação compreende todos os Estados do Nordeste, além do Mato Grosso e parte de Tocantins e Goiás.

A Companhia tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva.

A Solar.BR Participações S.A. possui como acionistas a Recofarma Industria da Amazônia Ltda. (34%) e a Renosa Participações S.A. (66%). Este conglomerado é um dos maiores fabricantes da Coca-Cola no Brasil, com um contingente de mais de 12.000 funcionários, 10 fábricas e 40 centros de distribuição.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas, indiretas e joint ventures, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	2019	2018
Controlada direta		
SOLAR.BR Participações S.A.	66,00	66,00
Controladas indiretas (através da SOLAR.BR):		
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08	84,08
Refrescos Guararapes Ltda.	99,90	99,90
Tocantins Refrigerantes Ltda.	99,90	99,90
Norsa Refrigerantes S.A.	15,92	15,92
Controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05	7,05
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,00	11,00

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa"):

Sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possui operação. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua"):

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF")

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a fabricação de águas envasadas nos estados de Alagoas e comercializada diretamente no estados de Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia.

Para maiores informações sobre os demais investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota 14.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 03 de abril de 2020.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas entidades controladas em 31 de dezembro de 2019.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Investimentos

Investimento em controladas:

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integra o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Investimentos--Continuação

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o resultado atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em *joint ventures*:

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Receitas--Continuação

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos e mercadorias forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. As controladas da Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possuem uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido das controladas da Companhia se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros derivativos vigentes estão divulgados na Nota 23.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, outros créditos, dividendos a receber e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações com arrendamento mercantil, outras contas a pagar e partes relacionadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

2.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de bonificações recebidas, depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Arrendamentos

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Desta forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

2.18. Contabilidade de hedge

As controladas da Companhia utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de *commodities* e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Essas operações foram designadas para contabilidade de hedge. As controladas da Companhia formalmente designam e documentam: a relação de hedge, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia para assumir o hedge.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o tem protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia avalia se a relação de hedge atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de hedge e determinação do índice de hedge).

Uma relação de hedge se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura. O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.

O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade o item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Bonificações

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

2.20. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas analisaram os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil e ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro, data de início da vigência das normas, as quais resultaram nas seguintes atualizações na base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

a) CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A utilização desta abordagem impactou os contratos de arrendamento das controladas da Companhia mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional, especialmente os contratos de locação de veículos leves, centros de distribuição, imóveis administrativos e máquinas e equipamentos.

Critérios de adoção do CPC 06 (R2)

- Começo do prazo de arrendamento mercantil – a Companhia e suas controladas determinaram a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do bem e/ou do imóvel;

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados--Continuação

a) CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Critérios de adoção do CPC 06 (R2)--Continuação

- Prazo do arrendamento mercantil – a Companhia adotou o prazo de cada contrato adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Companhia) o direito a renovações contratuais (enforceable right) quando determinadas condições forem atendidas, portando foi adotado o primeiro período contratual adicionado a mais um período de renovação automática, o que, historicamente, de fato ocorre nas negociações contratuais da Companhia;
- Contrato com prazo indeterminado – foram tratados como arrendamento operacional sendo registrado na despesa conforme fluxo de pagamento mensal;
- Pagamentos fixos e variáveis – considerou-se os pagamentos de aluguéis variáveis em virtude da impossibilidade de mensuração dessa estimativa, como despesa no resultado do período. Apenas os pagamentos fixos foram considerados para a mensuração do direito de uso e do respectivo passivo. Quando da realização da projeção mensal futura dos aluguéis não foram projetos índices inflacionários, que ajustarão o pagamento mínimo quando efetivamente realizados;
- Taxa de juros de financiamento do arrendatário – a Companhia utilizou-se de uma taxa incremental de empréstimos de 7,76% para frotas, 8,56% para imóveis e 7,01% para máquinas e equipamentos a qual corresponde ao custo de captação dos arrendamentos mais recente. A taxa é a nominal.

Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo anterior do ativo imobilizado arrendado foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar. O quadro a seguir demonstra os efeitos da adoção da nova norma.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados--Continuação

a) CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Critérios de adoção do CPC 06 (R2)--Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo anterior do ativo imobilizado arrendado foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar. O quadro a seguir demonstra os efeitos da adoção da nova norma na controlada Solar Br. Participações S/A.

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adoção inicial</u>	<u>01/01/2019</u>
Balanco patrimonial			
Ativo total	4.758.769	51.045	4.809.814
Ativo circulante	1.614.359	-	1.614.359
Ativo não circulante	3.144.410	51.045	3.195.455
Ativo de direito de uso	-	52.083	52.083
Imobilizado	1.716.007	(1.038)	1.714.969
Outros ativos não circulante	1.428.403	-	1.428.403
Passivo total	4.758.769	51.045	4.809.814
Passivo circulante	1.402.483	27.844	1.430.327
Passivo de arrendamento	148	27.844	27.992
Outras contas	1.402.335	-	1.402.335
Passivo não circulante	1.538.578	23.201	1.561.779
Passivo de arrendamento	890	23.201	24.091
Outras contas	1.537.688	-	1.537.688
Patrimônio líquido	1.817.708	-	1.817.708

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados--Continuação

b) Interpretação ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

O ICPC aborda especificamente se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente, se as suposições que a Companhia e suas controladas fazem em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, como a Companhia determinam o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto e como a Companhia e suas controladas consideram as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia e suas controladas realizaram análise do ICPC 22, na avaliação da Administração da Companhia e suas controladas, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 11.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	8	9	30.576	38.018
Equivalentes de caixa	2.800	-	566.593	307.427
	2.808	9	597.169	345.445

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 99,8% em 31 de dezembro de 2019 (100,1% em 31 de dezembro de 2018) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CDB	2.800	-	38.957	190.887
Debêntures compromissadas	-	-	527.636	116.540
	2.800	-	566.593	307.427

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado em aplicações financeiras de curto prazo o montante de R\$ 102 (R\$ 442 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 73.540 (R\$ 265.549 em 2018) em seu consolidado, referente a fundos de investimento no curto prazo, compostos substancialmente por títulos públicos federais, títulos de crédito privado e operações compromissadas, remunerados à taxa média de 94,4% da taxa do CDI (101,4% em 2018), não havendo carências para efetuar o resgate das cotas.

Longo prazo (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, em seu consolidado, possui aplicações financeiras registradas no ativo não circulante no montante de R\$ 24.388 (R\$ 22.754 em 2018) vinculados ao empréstimo FNE – Banco do Nordeste.

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)

Conta vinculada

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	34.879	33.295
	<u>35.685</u>	<u>34.101</u>

Obrigações com antigos acionistas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Grupo Lago (i)	806	806
Grupo Vieira (ii)	34.879	33.295
	<u>35.685</u>	<u>34.101</u>

(i) A controlada indireta Norsa possui em 2019 e 2018, R\$ 806 referente à conta vinculada (escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.

(ii) A controlada indireta Norsa possui em 2019, R\$ 34.879 (R\$ 33.295 em 2018) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011 e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)-- Continuação

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a controlada da Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada Norsa reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

7. Contas a receber (Consolidado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Partes relacionadas (Nota 8)	2.824	591
Contas a receber de clientes.	<u>390.496</u>	339.103
	393.320	339.694
(-) Ajuste a valor presente	(719)	(1.208)
(-) Abatimentos	<u>(7.191)</u>	(17.802)
	385.410	320.684
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<u>(15.979)</u>	(7.900)
	369.431	<u>312.784</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	<u>316.893</u>	267.334
Vencidos:		
1 a 30 dias	51.195	43.239
31 a 60 dias	1.371	4.038
61 a 90 dias	1.388	224
91 a 120 dias	625	231
121 a 150 dias	532	539
151 a 180 dias	817	102
Vencidos há mais de 180 dias	4.520	16.087
	<u>377.341</u>	331.794
(-) Ajuste a valor presente	(719)	(1.208)
(-) Abatimentos	<u>(7.191)</u>	(17.802)
	369.431	<u>312.784</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas estimadas com crédito:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Inicial	(7.900)	(17.789)
(-) Adoção do CPC 48	-	5.439
(+) Adições	(13.254)	(3.859)
(-) Baixas	5.175	8.309
	(15.979)	(7.900)

Em 31 de dezembro de 2019 o prazo médio de recebimento foi de 24 dias (23 dias em 31 de dezembro de 2018).

No exercício anterior, a Administração da Companhia e suas controladas reavaliaram a política de provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. As alterações introduzidas pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, determinam que sejam consideradas as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito. Ainda segundo a norma, existe uma presunção refutável de que o risco de crédito de ativos financeiros aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas que foi definida com base em:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- Ajuste das estimativas para o futuro (“*forward-looking*”), conforme variação prevista nas projeções internas da Companhia e suas controladas; e
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida quando do efetivo recebimento do título.

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do período.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	523
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	2.824	68
	2.824	591
Partes relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	1.062	28.321
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	3.407	8.127
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	15.649	4.233
	20.118	40.681
Passivo circulante – Fornecedores		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	34.611	46.357
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	15.001	9.036
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	14.912	12.385
Total Distribuidora de Bebidas Ltda.	(685)	12.528
	63.839	80.306
Partes relacionadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	48.391	1.357
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	9.350	11.301
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	-	11
	57.741	12.669

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Empresa líder do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *holding* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste Participações S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

A Solar.BR Participações S.A. é controlada pela Renosa Participações S.A. e Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., que é uma subsidiária da Coca-Cola Indústrias Ltda.

Influência significativa sobre controladas

A Renosa Participações S.A. é detentora de 66% das ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A. A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. detém os 34% remanescentes das ações ordinárias da Solar.BR.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*”.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Total Distribuidora Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes. A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são fabricantes das bebidas não carbonatadas, já a Crystal Águas do Nordeste Ltda na fabricação de águas envasadas e águas saborizadas.

Demonstração a natureza das transações entre as partes relacionadas no quadro abaixo:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza das transações</u>
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	Compra de matéria prima concentrado
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	Compra de produtos para revenda
Total Distribuidora Ltda.	Compra de produtos para revenda
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Compra de produtos para revenda

Remuneração do pessoal-chave da administração da controlada da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia, totalizaram R\$14.432 (R\$21.874 em 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações virtuais da diretoria

O Programa de Incentivo de Longo Prazo foi iniciado em julho de 2013 e visa regulamentar a remuneração variável de longo prazo concedida a determinados executivos da controlada da Companhia, denominada “Bônus de Longo Prazo com Conversão para *Phantom Shares* após Período de Performance” (“Plano”), e tem por finalidades principais:

- (i) incentivar a superação de metas e a maximização dos resultados da controlada Companhia;
- (ii) alinhar os interesses dos beneficiários do Plano com os interesses dos acionistas da controlada da Companhia;
- (iii) fomentar a criação de cultura em que os executivos atuem como donos da controlada Companhia (senso de propriedade); e
- (iv) possibilitar à controlada da Companhia a manutenção de executivos, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de auferirem vantagem patrimonial decorrente do bom desempenho e da valorização.

O Presidente, Vice-Presidente e Diretores da controlada da Companhia são elegíveis ao plano que abrange metas de ciclo de 3 anos que, conforme o seu alcance, acarretarão na concessão de ações virtuais da Companhia (“*Phantom Shares*”), as quais poderão ser convertidas em espécie (R\$) e resgatadas pelos executivos após período de carência.

As metas atreladas ao Plano são estipuladas pela Diretoria da controlada da Companhia e aprovadas em reunião do Conselho de Administração, que também estabelece as regras de carência e resgate.

Na data da outorga este valor é convertido em phantom shares. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da controlada da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do “*phantom share*” até o ciclo 2016 a 2019 e a partir do ciclo de 2018 pela metodologia “*Valuation*”.

O saldo “*vested*” de “*phantom shares*” provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$6.205 (R\$5.837 em 2018). Em 31 de dezembro 2019, foi resgatado pelos funcionários o valor de R\$ 1.805 (R\$ 938 em 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques (Consolidado)

	2019	2018
Produtos acabados	51.619	49.422
Matéria-prima e embalagem	48.514	79.738
Materiais auxiliares	1.646	1.608
Mercadorias para revenda	64.272	61.914
Almoxarifado (a)	55.052	81.370
Almoxarifado marketing	13.461	11.630
Estoque de vasilhames	9.569	7.188
Estoque de pallets e eucatex (c)	-	15.172
Outros	1.057	636
	245.190	308.678
Provisão para perdas de estoques	(17.006)	(2.912)
(-) Ajuste a valor presente – Estoque (b)	(1.373)	(2.771)
	226.811	302.995

- (a) O estoque de almoxarifado inclui materiais de uso e consumo e materiais voltado para manutenção dos prédios, veículos, laboratórios, máquinas e equipamentos com aplicação em até 12 meses. As peças e sobressalentes com aplicação após o exercício seguintes são classificadas no ativo imobilizado.
- (b) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 16 dias em 31 de dezembro de 2019 (20 dias em 31 de dezembro de 2018).
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada da Companhia reavaliou a vida útil do Eucatex, concluindo pelo lançamento diretamente no resultado.

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente e provisão para perda de estoque em 31 de dezembro de 2019:

(i) Ajuste a valor presente (Consolidado):

	2019	2018
Saldo Inicial	(2.771)	(2.509)
(+) Adições	(1.373)	(2.771)
(-) Baixas	2.771	2.509
	(1.373)	(2.771)

(ii) Provisão para perda de estoque (Consolidado):

	2019	2018
Saldo Inicial	(2.912)	(1.057)
(+) Adições	(24.960)	(8.777)
(-) Baixas	10.866	6.922
	(17.006)	(2.912)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	Controlada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	145.478	109.473
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	103.991	101.099
IPI a recuperar (a)	-	-	10.534	23.101
PIS a recuperar (c)	-	-	22.906	2.725
COFINS a recuperar (c)	-	-	108.053	12.545
IRPJ/CSLL a recuperar	2.774	2.621	28.462	42.367
Outros impostos a recuperar	-	-	9.301	9.575
	2.774	2.621	428.725	300.885
Circulante	2.774	2.621	171.923	252.901
Não circulante	-	-	256.802	50.605
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	67.195	41.818
IRRF a recolher	-	-	2.799	2.489
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	12.417	7.014
PIS a recolher	-	-	6.680	6.354
COFINS a recolher	-	-	31.140	26.506
IPI a recolher	-	-	5.148	6.392
Outros impostos a recolher	-	-	3.769	1.524
	-	-	129.148	92.097

- (a) IPI a recuperar - o cálculo do IPI é feito com base na alíquota presente na TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados para a classe de produtos correspondente. No caso das indústrias, o valor do IPI é calculado em relação ao valor da nota fiscal da mercadoria despachada, que pode eventualmente incluir valores sobre o frete e despesas acessórias. Tomamos créditos de IPI das seguintes entradas: Insumos (pré-forma, concentrado, materiais de embalagens e materiais auxiliares), assim como os produtos de revenda que sejam tributados pelo IPI. Referente ao IPI do Concentrado, houve uma alteração em 2018 conforme o Decreto 9.394 de 30 de Maio de 2018, onde foi alterada a alíquota de 20% para 4%. Em 20 de setembro de 2018, foi publicado no DOU, Decreto 9.897/19 elevando de 4%, para 12%, no primeiro semestre de 2019, e reduzindo para 10% no segundo semestre de 2019. Para 2020, a alíquota volta ao percentual de 4%.
- (b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é em até 4 anos, conforme quadro abaixo:

Apropriação	Consolidado	
	2019	2018
2019	-	68.078
2020	45.389	28.194
2021	28.650	3.827
2022	17.277	1.000
2023 em diante	12.675	-
	103.991	101.099

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- (c) Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – Ação ordinária distribuída pela controlada indireta da Companhia Refrescos Guararapes Ltda. (“REGUA”) em janeiro de 2007.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Dado o longo período envolvido de direito ao crédito e a complexidade que envolve o cálculo, principalmente, para o período anterior ao ano de 2011, que antecede a vigência e obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital (SPED), a administração da Companhia contratou escritório de advocacia para endereçar as hipóteses de mensuração do direito ao crédito, assim como empresa especializada para apurar os valores envolvidos.

Vale ressaltar, que a Receita Federal publicou a Solução COSIT nº 13/18 e IN nº 1.911/19, nas quais firma seu entendimento de que somente o saldo a recolher efetivo de ICMS, após apuração de débitos e créditos, pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.

Em julho de 2019, a controlada indireta da Companhia Refrescos Guararapes Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado foi de R\$ 130.074, sendo R\$ 84.514 e R\$ 45.560 de principal (outras receitas) e atualização monetária (receita financeira), respectivamente.

A utilização dos saldos de créditos de PIS e COFINS no montante de R\$ 130.959, que inclui o adicional de R\$ 130.074, ocorrerá em até 05 anos, conforme quadro abaixo:

	Consolidado
	2019
2020	25.139
2021	34.907
2022	29.897
2023	24.906
2024 em diante	16.110
	130.959

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

As controladas da Companhia, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

Em 31 de dezembro de 2019

Ativo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	30.355	9.893	40.248
Perda por redução ao valor recuperável	565	203	768
Provisão para contingências	51.174	18.423	69.597
Operações de swap	560	202	762
Provisões para perdas e outras	46.219	16.602	62.821
	128.873	45.323	174.196
Passivo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ágio	(141.474)	(50.931)	(192.405)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(763)	(274)	(1.037)
	(142.237)	(51.205)	(193.442)
	(13.364)	(5.882)	(19.246)

Em 31 de dezembro de 2018

Ativo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	29.789	9.690	39.479
Perda por redução ao valor recuperável	3.246	1.168	4.414
Provisão para contingências	46.372	16.694	63.066
Operações de swap	(3.614)	(1.301)	(4.915)
Provisões para perdas e outras	31.602	11.377	42.979
	107.395	37.628	145.023
Passivo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ágio	(130.291)	(46.914)	(177.205)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(837)	(301)	(1.138)
	(131.128)	(47.215)	(178.343)
	(23.733)	(9.587)	(33.320)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo da Companhia são constituídos, substancialmente, por diferenças temporárias e prejuízo acumulado, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e também pelo prejuízo fiscal da Refrescos Guararapes. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

A companhia desde a sua consolidação em 2013 realizou algumas cisões e incorporações como parte do seu projeto de reorganização societária com objetivo de simplificar sua estrutura, tendo a última sido realizada em 2017, na qual a CMR foi cindida parcialmente para a Regua e totalmente para a Norsa, permitindo a utilização do ágio fiscal e, conseqüentemente, gerando uma diferença temporária, que por sua vez resultou na constituição de imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme regido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2019	2018
Corrente		
Imposto de renda	(26.975)	(19.634)
Redução de incentivo fiscal (Nota 21)	25.937	19.415
Contribuição social	(14.952)	(7.186)
	(15.990)	(7.405)
Diferidos		
Imposto de renda	10.300	(40.722)
Contribuição social	3.774	(14.160)
	14.074	(54.882)
	(1.916)	(62.287)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	223.997	201.609
Resultado de incentivos fiscais	139.100	242.823
	363.097	444.432
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(123.453)	(151.107)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	25.937	19.415
Equivalência patrimonial	12.997	(8.811)
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	70.317	58.941
Outras exclusões (adições), líquidas	12.286	19.275
	(1.916)	(62.287)
Alíquota efetiva	1%	14%

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Despesas antecipadas (Consolidado)

	2019	2018
Despesas de marketing a apropriar	11.545	12.766
Seguros a apropriar	2.367	2.508
IPVA a Apropriar	317	743
Benefícios a apropriar	477	456
Licenças a apropriar	2.830	2.274
Outras despesas a apropriar	1.170	1.269
	18.706	20.016
Circulante	14.133	13.953
Não circulante	4.573	6.063

13. Depósitos judiciais (Consolidado)

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, a controladora e as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados. Os principais depósitos judiciais referem-se a:

	2019	2018
Causas trabalhistas	45.300	50.198
Fiscais - ICMS	2.692	2.575
Fiscais - INSS	62.464	54.015
Fiscais - outros	69.879	68.326
Causas cíveis	15.495	9.204
	195.830	184.318

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (a)	-	-	75.744	93.590
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	-	-	50.811	45.527
Trop Frutas do Brasil Ltda. (b)	-	-	24.155	24.430
Ubi 3 Participações (Ades) (c)	-	-	19.913	19.913
Solar.BR Participações S.A.	1.218.405	1.199.687	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	1.392.288	1.392.288	-	-
	2.610.693	2.591.975	170.623	183.460

- (a) O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. de 7,05% em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é avaliado ao método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou provisão para perda de investimentos no montante de R\$ 18.800, referente ao *impairment* da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido e lucro do exercício desta investida é de R\$1.126.769 e R\$12.432, respectivamente.
- (b) O investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. de 5,81% em trimestre findo em 31 de dezembro de 2019 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício desta investida é de R\$415.768 e R\$ 6.306, respectivamente. Não houve ágio na aquisição da Trop Frutas do Brasil Ltda.
- (c) O investimento na UBI 3 Participações Ltda. de 11,00% em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Porém, até o momento a Empresa permanece em fase pré-operacional. Em março de 2018, ocorreu processo de cisão, com consequente incorporação dos ativos pela controladora, resultando em uma redução nos investimentos no montante de R\$ 27.739 e aumento no imobilizado de R\$ 7.826 e ágio de R\$19.913.
- (d) O investimento na Crystal Águas do Nordeste Ltda. de 50,00% em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido e lucro do exercício desta investida é de R\$101.622 e R\$10.568, respectivamente.

Informações sobre investimentos na Solar.BR Participações

	2019	2018
Lucro líquido	222.081	139.322
Patrimônio líquido	1.846.067	1.817.706
% de participação	66%	66%

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos--Continuação

Informações sobre investimentos em Companhias controladas indiretas

	Norsa		Regua	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido	185.165	182.213	65.024	(14.531)
Patrimônio líquido	1.567.397	1.517.996	279.959	214.403
% de participação	84,08%	84,08%	99,99%	99,99%

(a) A Companhia possui 84,08% de participação direta sobre a Norsa e 15,92% de participação indireta através da Regua. O número apresenta redução de R\$ 2.248, referente à lucros não realizados no estoque no resultado de equivalência.

(b) A Companhia possui 99,90% de participação direta sobre a Regua.

Movimentação

	Controladora	Consolidado				
	Solar.BR	Leão Alimentos	Trop Frutas	UBI 3	CAF	Total
Em 31 de dezembro de 2017	2.668.745	92.193	24.049	27.739	38.436	182.417
Ajuste da adequação ao CPC 47	(4.134)	-	-	-	-	-
Ajuste da adequação ao CPC 48	2.369	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	59	-	-	-	59
Cisão UBI 3	-	-	-	(7.826)	-	(7.826)
Outros resultados abrangentes	(1.087)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	(144.033)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	(21.839)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	91.953	1.338	381	-	7.091	8.811
Em 31 de dezembro de 2018	2.591.975	93.590	24.430	19.913	45.527	183.460
Outros resultados abrangentes	2.201	160	-	-	-	160
Dividendos adicionais	(95.245)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	(34.811)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	146.573	(18.006)	(275)	-	5.284	(12.997)
	2.610.693	75.744	24.155	19.913	50.811	170.623

Movimentação dos dividendos a receber

	2019	2018
Saldo inicial	21.839	16.348
Dividendos propostos por controladas	130.056	165.871
Recebimento de dividendos de controladas	(117.084)	(160.380)
Saldo final	34.811	21.839

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição dos saldos

	2019			2018	
	Taxas médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	86.225	-	86.225	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	28.275	(9.503)	18.772	19.016
Edificações	3,7%	580.282	(181.273)	399.009	405.453
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.066.580	(568.273)	498.307	508.498
Móveis e utensílios	10,0%	34.357	(20.854)	13.503	15.206
Garrafas e embalagens	20,0%	658.718	(510.899)	147.819	178.263
Congeladores	10,0% e 20,0%	407.188	(276.936)	130.252	137.862
Computadores e periféricos	20,0%	69.122	(58.675)	10.447	12.529
Veículos	10,0% e 20,0%	201.027	(116.357)	84.670	97.348
Veículos Leasing	10,0%	-	-	-	1.038
Pallets	50,0%	-	-	-	2.317
Instalações	5,0%	247.122	(73.139)	173.983	169.188
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	69.512	(26.909)	42.603	18.230
Imobilizado em andamento	-	101.433	-	101.433	66.492
Provisão para perda	-	(22.805)	-	(22.805)	(1.658)
		3.527.036	(1.842.818)	1.684.218	1.716.007

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação dos saldos

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros (j)	2019
Terrenos	86.225	-	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.016	100	-	(963)	619	-	18.772
Edificações	405.453	5.288	-	(19.978)	8.246	-	399.009
Máquinas e equipamentos	508.498	50.324	(3.820)	(68.645)	11.950	-	498.307
Móveis e utensílios	15.206	681	(69)	(2.645)	330	-	13.503
Garrafas e embalagens	178.263	48.661	(128)	(83.555)	4.578	-	147.819
Congeladores	137.862	48.821	(2.634)	(56.217)	2.420	-	130.252
Computadores e periféricos	12.529	2.598	(62)	(5.804)	1.186	-	10.447
Veículos	97.348	2.609	(3.077)	(12.281)	71	-	84.670
Veículos Leasing	1.038	-	-	-	-	(1.038)	-
Pallets	2.317	2.136	(3.626)	(2.817)	1.990	-	-
Instalações	169.188	8.185	(80)	(13.231)	9.921	-	173.983
Outras imobilizações	18.230	682	(238)	(4.760)	1.176	27.513	42.603
Imobilizado em andamento	66.492	88.273	(117)	-	(42.487)	(10.728)	101.433
Provisão para perda (ii)	(1.658)	-	-	-	-	(21.147)	(22.805)
	<u>1.716.007</u>	<u>258.358</u>	<u>(13.851)</u>	<u>(270.896)</u>	-	<u>(5.400)</u>	<u>1.684.218</u>

- (i) O montante de (R\$ 5.400) é composto por reclassificação de imobilizado para direito de uso referente ao leasing de veículos (R\$ 1.038), provisão para perda com imobilizado no montante de (R\$ 21.147) e capitalização de peças do estoque para o imobilizado R\$ 27.513. O montante de (R\$ 10.728) refere-se à reclassificação de software alocados em obras em andamento, no montante de (R\$ 11.726) e à variação de juros capitalizados R\$ 998.
- (ii) Refere-se à provisão para perda com imobilizado no montante de R\$ 22.805, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2019
Inventário de congeladores	(9.329)
Inventário fabril (Arapiraca)	(8.000)
Inventário de máquinas e equipamentos	(5.000)
Outros	(476)
	<u>(22.805)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação dos saldos--Continuação

	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros (i)	31/12/2018
Terrenos	83.000	3.225	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.271	424	(18)	(932)	1.271	-	19.016
Edificações	401.314	21.099	(21)	(19.166)	2.227	-	405.453
Máquinas e equipamentos	464.132	106.688	(1.811)	(65.660)	5.149	-	508.498
Móveis e utensílios	15.730	1.240	(32)	(2.671)	939	-	15.206
Garrafas e embalagens	196.101	65.867	(51)	(86.878)	3.224	-	178.263
Congeladores	132.535	56.394	(2.349)	(49.279)	561	-	137.862
Computadores e periféricos	13.277	5.359	(294)	(6.215)	402	-	12.529
Veículos	106.652	4.536	(858)	(12.982)	-	-	97.348
Veículos Leasing	7.800	-	-	(3.693)	-	(3.069)	1.038
Pallets	2.685	1.681	-	(3.387)	1.338	-	2.317
Instalações	151.854	14.435	(64)	(11.846)	14.809	-	169.188
Outras imobilizações	21.234	13.735	(3.191)	(4.823)	(12.921)	4.106	18.230
Imobilizado em andamento	82.643	848	-	-	(16.999)	-	66.492
Provisão para perda	(3.531)	(1.873)	3.746	-	-	-	(1.658)
	1.693.787	293.658	(4.943)	(267.532)	-	1.037	1.716.007

(i) Os valores apresentados na coluna de "Outros" são compostos por reversão da baixa de *leasing* no montante de R\$ 3.069 e a variação de juros capitalizados e provisão para perda com imobilizado no montante de R\$ 4.106.

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Os custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram de aproximadamente R\$998 (R\$2.236 em 2018). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 6,32% a.a. (6,01% a.a. em 2018), que representa a taxa média ponderada dos empréstimos específicos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil (Consolidado)

a) Ativo de direito de uso

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização	50% a 100%	12% a 100%	33% a 100%	
Saldo inicial: 31/12/2018	1.038	-	-	1.038
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (adoção CPC 06 – R2)	LP 21.880	25.922	3.243	51.045
Aquisições	13.135	1.438	21.204	35.777
Depreciação	(18.893)	(7.652)	(2.838)	(29.383)
Outros	(839)	-	-	(839)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	LP 16.321	19.708	21.609	57.638

b) Passivo de arrendamento

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa incremental de empréstimo (média ponderada)	7,76%	8,56%	7,01%	
Saldo inicial: 31/12/2018	1.038	-	-	1.038
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (adoção CPC 06 – R2)	CP 18.413	7.012	2.459	27.884
	LP 3.467	18.910	784	23.161
Aquisições	13.135	1.334	21.204	35.673
Juros Apropriados	1.181	1.090	221	2.492
Pagamentos Principal	(19.356)	(6.852)	(2.747)	(28.955)
Pagamento de juros	(1.181)	(1.090)	(221)	(2.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	CP 7.336	6.153	2.430	15.919
	LP 9.361	14.251	19.270	42.882

Cronograma do passivo de arrendamento

Vencimentos	2019
2021	9.357
2022	9.427
2023	7.194
2024 a diante	16.904
Total	42.882

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Intangível (Consolidado)

Composição

	2019		2018
	Custo	Amortização	Líquido
Softwares	138.585	(94.142)	44.443
Ágio adquirido (a)	590.204	-	590.204
Direito de lavra	22.094	-	22.094
Licenças (b)	2.911.235	(185)	2.911.050
	3.662.118	(94.327)	3.567.791

Movimentação

	2019	2018
Saldo inicial	3.561.280	3.562.429
Aquisições de software	22.077	13.558
Amortização de softwares	(15.381)	(14.337)
Amortização do direito do uso da marca	(185)	(370)
Saldo final	3.567.791	3.561.280

(a) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir:

- Ágio de R\$308.724 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A.;
- Ágio de R\$15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes S.A., na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$28.368 e R\$5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco - CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;
- Ágio de R\$190.658 constituído por meio de aumento de capital aportado pela Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Coca-Cola Indústrias Ltda. e Renosa Participações S.A., quando da criação da Solar.BR, compondo o investimento da Refrescos Guararapes Ltda.; e
- Goodwill de R\$26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

A partir de janeiro de 2009, o saldo dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Para fins fiscais é realizado um imposto de renda diferido sobre a amortização fiscal que totalizou R\$(188.642) em 2018 (R\$177.205 em 2018).

(b) Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. As licenças possuem a seguinte composição:

- R\$1.507.413 pela aquisição de controle da Nordeste Refrigerante S.A. em 2013.
- R\$1.116.769 pela aquisição de controle da Refrescos Guararapes Ltda. (incluindo Sucovalle) em 2013.
- R\$285.578 pela aquisição de controle da Companhia Brasileira de Alimentos e Bebidas do São Francisco em 2011, posteriormente incorporada pela Companhia Maranhense de Refrigerantes.
- R\$1.845 pela aquisição do direito de distribuição dos produtos da Companhia Monster Energy em 2017.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)

A partir de janeiro de 2009, o saldo dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

A controlada da Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui, principalmente, de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há indicativos de *impairment* para o exercício findo.

19. Fornecedores (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Partes relacionadas (Nota 8)	63.839	80.306
Fornecedores nacionais	464.433	406.022
Ajuste a valor presente	(2.460)	(3.274)
	<u>525.812</u>	<u>483.054</u>

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	(3.274)	(4.615)
AVP provisionado no ano	(2.460)	(3.274)
Reversão	3.274	4.615
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>(2.460)</u>	<u>(3.274)</u>

O prazo médio de pagamento é de 99 dias de 31 de dezembro de 2019 (112 dias em 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Fornecedores risco sacado (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a pagar a fornecedores de risco sacado possuíam a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores risco sacado	229.444	285.164
Ajuste a valor presente	(2.776)	(4.139)
	<u>226.668</u>	<u>281.025</u>

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	(4.139)	(4.015)
AVP provisionado no ano	(2.776)	(4.139)
Reversão	4.139	4.015
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>(2.776)</u>	<u>(4.139)</u>

As controladas da Companhia possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. O valor limite liberado em contrato para utilização dessa operação em até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 555.000.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra as controladas da Companhia.

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Despesas financeiras" pela fruição de prazo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Taxas médias ponderadas	2019	2018
Banco do Nordeste S.A – FNE (a)	6,09% a.a.	70.403	79.852
FINAME/BNDES	5,51% a.a.	70.418	95.317
Leasing	Juros de 2,54% a.a.	-	52
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA (b)	Juros de 96% do CDI	658.397	657.912
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 119% do CDI	418.292	694.361
		1.217.510	1.527.494
Circulante		472.235	354.972
Não circulante		745.275	1.172.522

(a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FINAME é garantido por alienação fiduciária e aval cruzado.

(b) No CRA as garantias são asseguradas por fiança bancária e a remuneração é sobre o valor nominal unitário do saldo devedor.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	1.527.494	1.467.914
Entradas	9.791	273.071
Juros apropriados	74.696	79.460
Variação cambial	2.133	56.046
Amortização de principal	(337.081)	(277.830)
Juros pagos	(60.440)	(73.912)
Despesa de captação	917	2.745
Saldo final	1.217.510	1.527.494

Os montantes de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2019	2018
2020	-	425.427
2021	40.272	37.762
2022	690.466	687.958
2023	13.695	21.375
2024 em diante	842	-
	745.275	1.172.522

Cláusulas restritivas

As controladas da Companhia efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

22. Debêntures (Consolidado)

A Controlada indireta da Companhia, Norsa Refrigerantes S.A., em 26 de junho de 2013 assinou a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 200.000, semelhantemente em 28/06/2019 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$ 250.000 emitida em duas séries a 1ª de R\$ 139.000 e a 2ª R\$ 111.000, conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de Vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	2019	2018
Banco Bradesco	28/06/2013	28/06/2020	Simple	200.000	CDI+1,4%	5,96%	19.420	59.744
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	139.000	CDI	4,73%	140.514	-
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	111.000	CDI	4,86%	112.515	-
							272.449	59.744
Circulante							75.438	39.835
Não circulante							197.011	19.909

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	59.744	613.234
Captação de recursos	250.000	-
Juros apropriados	9.842	39.470
Amortização de principal	(40.542)	(527.033)
Juros pagos	(6.689)	(67.126)
Despesa de captação	94	1.198
Saldo em 31 de dezembro de 2019	272.449	59.744

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019	2018
2020	-	19.909
2021	55.600	-
2022	55.500	-
2023	55.500	-
2024 em diante	30.411	-
	197.011	19.909

Limites e índices financeiros: o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,5. A Companhia apresentou o índice de 1,53 em 31 de dezembro de 2019 (1,56 em 31 de dezembro de 2018). O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,5. A Companhia apresentou o índice de 6,78 em 31 de dezembro de 2019 (6,93 em 31 de dezembro de 2018), conseqüentemente todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Remuneração: a Debênture emitida em 2013 rende juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,40%. Enquanto a emissão de Debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI").

Garantia: em 2013, no momento da emissão, a debênture foi garantida por fiança da empresa Companhia Maranhense de Refrigerantes. Em 2014 a garantia foi substituída por fiança das empresas Solar.BR Participações S.A., Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.

Remuneração

As debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,65% e 1,40% para suas controladas (1ª emissão) e 1,40% para suas controladas (2ª emissão) (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

Garantia

Controladora: as garantias são 10% de ações do capital social de sua investida Solar.BR e 9,70% das ações da própria Companhia.

Controladas: no momento da emissão as debêntures serão garantidas por fianças da Companhia Maranhense de Refrigerantes. Em 2014 as garantias foram substituídas pelas fianças das Companhias, Solar.BR Participações S.A., Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)

23.1. Instrumentos financeiros derivativos

Ativo	2019	2018
Derivativos não designados como hedges		
Contratos Swap	24.455	30.105
	24.455	30.105
Derivativos designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	3.225	678
Contratos a termo de moeda	1.159	2.671
Contratos Swap	7.995	38.338
	12.379	41.687
	36.834	71.792
Circulante	36.834	51.670
Não circulante	-	20.122
Passivo	2019	2018
Derivativos não designados como hedges		
Contratos Swap	-	257
	-	257
Derivativos designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	133	2.463
Contratos a termo de moeda	2.479	2.972
	2.612	5.435
	2.612	5.692

23.2. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros das controladas da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, debêntures, fornecedores a pagar, outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. O saldo de contas a receber e outras contas a receber resultam diretamente de suas operações. As controladas da Companhia também mantêm aplicações financeiras, depósitos à vista e a curto prazo e contrata instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, opções e termos (moeda e commodities)

A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.2. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

A gestão destes riscos é supervisionada pelas controladas da Companhia de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades, que resultem em riscos financeiros, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

As controladas da Companhia não contratam derivativos para fins especulativos, as operações são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas da Companhia estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, as controladas da Companhia possuem operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (rating) de "Grau de Investimento". Na gestão do seu contas a receber as controladas da Companhia adotam monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros das controladas da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros, variação cambial e preço de commodities.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição das controladas da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (commodities).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.2. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii. Risco de câmbio--Continuação

As controladas da Companhia gerenciam seu risco de câmbio por meio de transações de hedge designados e não designados em estruturas de hedge accounting. Dessa forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local.

O gerenciamento de risco associado à exposição à variação cambial dos custos indexados ao dólar (compra de commodities) está divulgado no item “risco de preço de commodities”.

iv. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição das controladas da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v. Risco de preço de commodities

As controladas da Companhia compram açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, as controladas da Companhia estabeleceram uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais commodities.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.2. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v. Risco de preço de commodities--Continuação

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

vi. Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o permanente cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia observa critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras ("caixa mínimo"), (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros, (iii) contratação de novas operações.

23.3. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

23.3. Contabilidade de hedge--Continuação

- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Instrumento	Valor nominal (Notional)	Valor contábil		Linha do balanço patrimonial	Variação no valor justo utilizado como base para calculado da inefetividade do hedge
		Ativo	Passivo		
31 de dezembro de 2019					
Contratos de Swap:					
Pré x CDI	250.000	7.995	-	Instrumentos Financeiros	3.704
Subtotal Swap	250.000	7.995	-	-	3.704
Contratos de Termo/NDF:					
Compra de Termo de mercadorias	14.452	3.225	133	Instrumentos Financeiros	3.092
Compra de Termo de moeda	33.900	1.159	2.479	Instrumentos Financeiros	(1.320)
Subtotal Termo	48.352	4.384	2.612	-	1.772
Derivativos não designados como hedge		24.455	-	Instrumentos Financeiros	-
Total	298.352	36.834	2.612		

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

23.4. Análise de sensibilidade

A administração da Solar.BR efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 4,40%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Solar.BR. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Solar.BR é de manutenção da taxa de 4,31% em 31 de dezembro de 2019. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2019 é de 5,57% a.a. e sobre a SELIC é de 4,50%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício do PROADI, foi concedido o incentivo financeiro previsto no Art. 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos até 31 de dezembro de 2023.

ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria. O incentivo tem prazo de 15 anos e corresponde à dispensa de 60% até 31 de julho 2017 e 50% durante o período de 01 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2028, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 80% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, para as unidades fabris de Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA), no período de 1 de agosto de 2010 a 31 de dezembro 2022.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

v) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

O benefício fiscal do PRODEIC consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 75% sobre as vendas dentro do Estado e das vendas fora do Estado e quanto ao crédito sobre as entradas por parte da Companhia renunciamos 75% do crédito proporcionalmente as vendas internas, e 100% do crédito proporcionalmente as vendas interestaduais. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura. Tendo a sua última renovação realizada em março de 2018, com validade até 31 de dezembro de 2022

vi) *Estado do Maranhão: Regua*

A Regua goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX - Sistema de Apoio a Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento. Valido até 31 de dezembro de 2020.

vii) *Estado do Alagoas: Norsa*

A Norsa teve a manutenção do incentivo fiscal PRODESIN em 2016 ambas as empresas optaram pela migração do cálculo do incentivo, ficando concedido crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações próprias de saída de produtos industrializados pelo estabelecimento, apurado em cada período de apuração. A renovação do incentivo foi feita em Arapiraca em 2010 e Maceió em 2007, com prazo de renovação de 15 anos, até 31 de agosto de 2025.

viii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

A Companhia, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75%, devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais. A renovação do incentivo foi feita em 2019, com prazo de 7 anos, até 31 de dezembro de 2025.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	2.003	15.332	17.335	4.333	15.700	20.033
Financiamentos no Estado do Maranhão - Sincoex	2.753	4.867	7.620	2.734	4.837	7.571
Financiamentos no Estado do Ceará - Provin	8.439	14.087	22.526	9.031	15.590	24.621
Financiamentos no Estado da Bahia - Desenvolve	795	-	795	784	-	784
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte - Proadi	-	-	-	42	-	42
	13.990	34.286	48.276	16.924	36.127	53.051

Os financiamento incentivados tiveram as seguintes movimentação entre 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Saldo inicial	53.051	56.088
Captações	18.317	13.915
Juros apropriados	1.489	1.723
Amortização de principal	(26.298)	(19.839)
Juros pagos	(1.725)	(1.532)
AVP	3.442	2.696
Saldo final	48.276	53.051

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	2019	2018
2020	-	13.766
2021	15.144	11.670
2022	10.588	2.938
2023	3.161	7.753
2024 em diante	5.393	-
	34.286	36.127

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

b) Governo federal

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Em 31 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia não possuem registro desse incentivo pois apresenta prejuízo fiscal acumulado (R\$ 19.415 em 31 de dezembro de 2018) em reduções de IRPJ relacionadas ao incentivo do Lucro da Exploração.

25. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2019	2018	2019	2018
Itaú	31/08/2018	30/04/2027	APR	45.475.542	CDI	4,40%	467.326	458.834	467.326	458.834
Circulante							17.326	8.834	17.326	8.834
Não circulante							450.000	450.000	450.000	450.000

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Resgatáveis (APR) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações tem o direito de dividendos prioritário e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs--Continuação

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2021	45.000	45.000	45.000	45.000
2022	45.000	45.000	45.000	45.000
2023	45.000	45.000	45.000	45.000
2024	67.500	67.500	67.500	67.500
2025 em diante	247.500	247.500	247.500	247.500
Longo prazo	450.000	450.000	450.000	450.000

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o valor de R\$ 26.682 (R\$ 8.834 em 2018) referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

Em Assembleia Geral e Extraordinária foi aprovado o pagamento no montante de R\$ 18.190 de remuneração das ações preferenciais resgatáveis (APRs).

26. Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Consolidado)

	2019	2018
Salários a pagar	4.560	5.647
Benefícios a pagar	4.312	3.542
Encargos a pagar	15.817	14.332
Férias e encargos s/ férias a pagar	53.542	48.169
Outros	39.863	10.876
	118.094	82.566

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os processos prováveis têm a seguinte composição:

	Consolidado			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.547	25.610	120.180	210.337
Provisão/reversão	2.867	5.872	33.898	42.637
Atualização	-	22.429	20.965	43.394
Pagamento/Outros	(9.969)	(268)	(46.053)	(56.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.445	53.643	128.990	240.078
Provisão/reversão	4.486	1.369	30.056	35.911
Atualização	1.390	2.079	19.326	22.795
Pagamento/Outros	3.993	(2.253)	(32.778)	(31.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.314	54.838	145.594	267.746

Os processos estão sujeitos a atualização monetária mensal, com base na taxa referencial (TR) adicionada de 1%. Quanto aos processos cíveis, as ações se referem essencialmente a danos morais e fundo de comércio.

a) Ações tributárias

Diversas ações tributárias, a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
ICMS	4.267	2.874
INSS	62.900	54.422
Outros	147	149
	67.314	57.445

A Companhia e controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributária	2.504.199	2.377.401	4.900.375	5.813.401
Cíveis	-	-	147.916	90.353
Trabalhistas	-	-	67.823	81.396
	2.504.199	2.377.401	5.116.114	5.985.150

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Controladora

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre ganho de capital

Em 9 de novembro de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do denominado "Sistema Coca-Cola" na região Nordeste, no Estado do Mato Grosso e em parte dos estados de Tocantins e Goiás. Exige-se também multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

A Companhia protocolou impugnação através de seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 2.504.199 no Processo Administrativo 10166.731026/2018-00. Em 30/05/2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável. Contra esta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Aguarda-se decisão de 2ª instância

Consolidado

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

Nº do Processo: Execução Fiscal nº 0014829-87.2015.4.01.3300 / Embargos à Execução Fiscal nº 0026949-65.2015.4.01.3300.

Descrição: A Unidade Simões Filho / BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 81.305 (R\$ 73.744 em 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Consolidado--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730186/2016-27.

Descrição: Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar n. 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo. É possível que todos os incentivos sejam validados no decorrer de 2018 e a discussão será encerrada.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 65.539(R\$ 57.435 em 31 de dezembro de 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Provisão para contingências--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730875/2018-01.

Descrição: Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, em razão de suposta:

- (i) falta de adição, para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais;
- (ii) dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

A fiscalização entendeu, ainda, que as infrações mencionadas em (i) e (ii), acima, levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido período.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 137.704 (R\$ 133.006 em 2018).

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>% capital votante</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa reserva era R\$106.998 (R\$100.134 em 2018).

ii) *Reserva para investimentos*

A Administração da Companhia mantém reserva para investimentos com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva era de R\$1.253.398 (R\$1.253.398 em 2018).

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Em 10 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 77.182. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva era de R\$ 7.639 (R\$ 0 em 2018).

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações contábeis os dividendos a pagar no montante de R\$ 28.271 (R\$ 7.518 em 2018), conforme demonstrado a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

28. Patrimônio líquido--Continuação

c) Destinação dos lucros--Continuação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício	119.959	32.118
APRs a pagar	17.326	8.834
Lucro líquido ajustado	137.285	40.952
Reserva legal - 5%	(6.864)	(2.048)
Lucro distribuível	130.421	38.905
APRs a pagar	(17.326)	(8.834)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	113.095	30.070
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.274	7.518
Quantidade de ações - em milhares	396.244	396.244
Dividendos por lote de mil ações - R\$	0,07	0,02

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	17.818	3.260
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados	77.182	80.740
Dividendos adicionais	-	36.000
Dividendo mínimo obrigatório	28.274	7.518
Pagamentos:		
Dividendos pagos	(95.000)	(109.700)
Saldo final	28.273	17.818

d) Outros resultados abrangentes

Hedge accounting

A partir de 2015, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido das controladas, com reflexo proporcional no patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$2.201 (R\$ 1.086 em 2018).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2019	2018
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	3.857.843	3.640.362
Revendas de mercadorias	1.992.579	1.560.518
	<u>5.850.422</u>	<u>5.200.880</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(173.469)	(214.151)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.403.860)	(1.264.555)
	<u>(1.577.329)</u>	<u>(1.478.706)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.273.093</u>	<u>3.722.174</u>

A seguir a abertura da receita bruta de vendas por categorias de produtos:

	2019	2018
Refrigerantes	4.133.873	3.990.146
Cervejas	998.560	632.440
Still	463.974	402.568
Águas	196.216	162.547
Outros	57.799	13.179
	<u>5.850.422</u>	<u>5.200.880</u>

30. Custo dos produtos e mercadorias vendidos (Consolidado)

	2019	2018
Matérias-primas e embalagens	(2.342.461)	(2.077.467)
Pessoal	(130.888)	(116.490)
Depreciação e amortização	(138.134)	(142.950)
Custos gerais	(147.885)	(146.838)
	<u>(2.759.368)</u>	<u>(2.483.745)</u>

31. Despesas com vendas (Consolidado)

	2019	2018
Salários e encargos	(375.458)	(313.486)
Outras despesas com pessoal	(170.067)	(133.998)
Depreciação e amortização	(129.940)	(106.248)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(122.637)	(45.208)
Serviços de terceiros	(32.926)	(11.543)
Água, energia e telecomunicação	(5.010)	(3.175)
Outras despesas	(96.155)	1.097
	<u>(932.193)</u>	<u>(612.561)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

32. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	-	-	(97.694)	(88.695)
Outras despesas com pessoal	-	-	(49.105)	(36.965)
Depreciação e amortização	-	-	(47.771)	(33.041)
Aluguéis e seguros	-	-	(25.301)	(32.254)
Serviços de terceiros	(206)	(21.598)	(69.533)	(84.953)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(20.526)	(19.566)
Outras despesas	-	(79)	(36.648)	(21.729)
	(206)	(21.677)	(346.578)	(317.203)

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras (a)				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(32.827)	(86.040)	(123.882)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais Resgatáveis	(26.682)	(8.834)	(26.682)	(8.834)
Despesa de IOF	-	-	(1.317)	(1.173)
Despesa de tarifas bancárias	(34)	-	(8.081)	(5.531)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(3.829)	(5.280)
Ajuste a valor presente	-	-	(36.926)	(42.920)
PIS/Cofins sobre receita financeira	(15)	-	(3.693)	(1.529)
Variações monetárias passivas	-	-	(19.651)	(39.152)
Outras despesas financeiras	(4)	(289)	(16.617)	(13.158)
	(26.735)	(41.950)	(202.836)	(241.459)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	11.505	10.314
Rendimentos de aplicações financeiras	327	3.700	21.246	28.498
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	1.334	1.656
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.711	4.162
Descontos obtidos	-	-	110	(63)
Adicional financeiro	-	-	20.935	18.963
Ajuste a valor presente	-	-	489	(120)
Outras receitas financeiras (b)	-	92	45.830	419
	327	3.792	103.160	63.829
Variações cambiais (líquidas)	-	-	6.571	(4.007)
Resultado financeiro	(26.408)	(38.158)	(93.105)	(181.637)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

33. Resultado financeiro--Continuação

- a) Em 31 de dezembro de 2019, as despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamento mercantil, rendimentos de aplicações de reinvestimento e variações cambiais estão apresentados na linha de juros e rendimentos líquidos na demonstração de fluxo de caixa.
- b) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 45.830 foi contabilizado na linha "outras receitas financeiras", referente à atualização monetária pela SELIC decorrente da exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS.

34. Outras receitas operacionais líquidas (consolidado)

	2019	2018
Exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS	84.514	-
Provisão para perdas de imobilizado	(20.300)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	1.758	2.421
Doações recebidas	322	-
Outras	2.237	3.515
	<u>68.531</u>	<u>5.936</u>

35. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor.

A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes.

* * *